

**HABEAS CORPUS Nº 514.944 - SP (2019/0166601-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : PAULO FELIPE AZENHA TOBIAS  
**ADVOGADO** : PAULO FELIPE AZENHA TOBIAS - SP280819  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCIANA SOUZA JAVAREZZI (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUCIANA SOUZA JAVAREZZI no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Revisão Criminal n. 0002589-38.2018.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada pelo Juízo da 1ª Vara da Comarca de Penápolis (SP), pela prática de homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáver e fraude processual, à pena de 19 anos e 2 meses de reclusão, no regime inicial fechado. Não havendo apelo pelas partes, a sentença transitou em julgado em 3/12/2014.

A defesa ajuizou, então, revisão criminal objetivando o afastamento da condenação pelo crime de fraude processual, sob a alegação de *bis in idem* com delito de ocultação de cadáver.

Contudo, em sessão de julgamento realizada no dia 23/4/2019, o 8º Grupo de Direito Criminal, por votação unânime, indeferiu a revisão criminal. Eis a ementa do acórdão (e-STJ fl. 544):

*REVISÃO CRIMINAL. Inocorrência das hipóteses previstas no artigo 621 do CPP - Manutenção do decisor - Indeferimento da revisão criminal.*

Daí o presente *habeas corpus*, em que a defesa pede "*a exclusão da imputação de fraude processual, eis que o § único do artigo 347 não configura crime autônomo, mas causa de aumento de pena do delito previsto no caput, de sorte que, inexistindo, no caso, processo de ação civil ou procedimento administrativo, a conduta tida por configuradora de fraude processual seria atípica.*" (e-STJ fl. 8).

Acrescenta que *"há de se reconhecer também constituir-se a conduta apresentada de fraude processual como atos de execução do próprio crime de ocultação de cadáver ou, no máximo (de toda forma igualmente e completamente fora de uma tipicidade objetiva e subjetiva autônomas) como atos de exaurimento do crime de ocultação de cadáver"* (e-STJ fl. 9), salientando que, *"na combatida sentença, o magistrado sustenta que a fraude processual estaria no haver a Paciente limpadado a localidade e transportado o cadáver para outra localidade (cidade vizinha de Coroados/SP). Mas, é de advertir, só se logra bom sucesso na ocultação, quando já não fiquem visos de sua prática... (aliás, reconhecida a tentativa de ocultação nos autos)"* (e-STJ fl. 10).

Requer, assim, liminarmente e no mérito, a exclusão do delito de fraude processual da condenação imposta à paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo da 1ª Vara Judicial da Comarca de Penápolis (SP), ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

